

PORTARIA Nº 207, DE 27 DE JANEIRO DE 2023

Designa a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) como unidade responsável pelo gerenciamento do Portal da Transparência do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 13, de 11 de abril de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), no que concerne ao rol de atribuições dos órgãos e setores desta Corte de Justiça; e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de transparência ativa e passiva do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, de forma a tornar mais eficiente o direito fundamental de acesso à informação pública,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada como unidade responsável pelo gerenciamento do Portal da Transparência do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), a quem compete:

I - orientar unidades e órgãos específicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte com vistas a atuarem no sentido de assegurar o cumprimento das normas relativas à transparência da gestão fiscal e ao acesso a informações de forma eficiente e adequada aos objetivos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e

II - coordenar o processo relativo à garantia da permanente atualização do Sistema Portal da Transparência, que se encontra ancorado no sítio eletrônico oficial deste Tribunal de Justiça, com a finalidade de divulgar para o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade dados, informações e documentos atinentes à gestão do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. O processo a que se refere o inciso II deste artigo consistirá de coletas de dados, informações e documentos a respeito dos temas transparência da gestão fiscal e acesso a informações, assim como das suas consequentes postagens no respectivo Sistema Portal da Transparência, devendo tais tarefas serem diretamente executadas pelas unidades administrativas competentes para tanto, observadas as disposições da Planilha constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOMS) devem auxiliar a SOF na busca do efetivo cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Auditoria Interna (SAI) desta Corte de Justiça o dever de, quadrimestralmente, realizar monitoramento do conteúdo disponibilizado no Portal da Transparência do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, apresentando o resultado de cada análise efetuada mediante emissão de relatório específico, o qual, sempre que necessário, conterá recomendações acerca das medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência na exata conformidade com a legislação atinente à matéria.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 941, de 21 de julho de 2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador GLAUBER RÊGO
Presidente em exercício

ANEXO ÚNICO

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA					
<i>LINKS</i>	<i>SUBLINKS</i>	PONTO DE VERIFICAÇÃO (Cf. ANEXO II da Resol. 215 /2015-CNJ)	FUNDAMENTO LEGAL	ATUALIZAÇÃO (periodicidade)	UNIDADE RESPONSÁVEL

Apresentação	-	-	-	Sempre que os endereços eletrônicos das normas ali constantes sofram alterações.	SCI
---------------------	---	---	---	--	-----

	Apresentação	-	-	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Planejamento Estratégico do PJRN seja alterado.	SGE
	Missão Institucional	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> as finalidades e os objetivos institucionais e estratégicos?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração da Missão Institucional do PJRN.	SGE
	Visão Institucional	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> as finalidades e os objetivos institucionais e estratégicos?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração da Visão Institucional do PJRN.	SGE
	Valores Organizacionais	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> as finalidades e os objetivos institucionais e estratégicos?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração dos Valores Organizacionais do PJRN.	SGE

Planejamento Estratégico	Mapa Estratégico	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> o seu Mapa Estratégico, devidamente atualizado?	- Boas práticas.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração do Mapa Estratégico do PJRN.	SGE
	Plano Estratégico	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> os objetivos estratégicos, metas e indicadores?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 1.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano Estratégico do PJRN seja alterado.	SGE
	Equipe Estratégica	O TJRN divulga no <i>site</i> o rol dos integrantes da sua Equipe Estratégica?	- Boas práticas.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da Equipe Estratégica do PJRN seja alterado.	SGE
	Legislação	O <i>site</i> divulga a resolução instituidora do Plano Estratégico do PJRN?	- Boas práticas.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora da resolução instituidora do Plano Estratégico do PJRN seja alterado.	SGE

		<p>No <i>site</i> está publicado o campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão'?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 7º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 19.</p>	
		<p>Existe indicação precisa no <i>site</i> de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 10; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 20.</p>	
		<p>A solicitação por meio do SIC faz exigência de identificação do interessado?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 11, § 2º.</p>	
		<p>O <i>site</i> indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?</p>	<p>- Lei 12.527/2011, art. 9º, I, "b", e art. 10, § 2º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 25.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora</p>

	<p>Serviço de Informação ao Cidadão – SIC</p>			<p>do menu “Acesso à Informação/Serviço de Informação ao Cidadão – SIC” seja alterado.</p>	Ouvidoria
		<p>O <i>site</i> prevê a possibilidade de o interessado apresentar pedido de informação por correspondência ou optar pelo recebimento da resposta em meio físico, seja por correspondência ou por retirada no local?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 11, § 1º.</p>		
		<p>O <i>site</i> prevê a possibilidade de o interessado optar pelo tratamento sigiloso dos seus dados pessoais?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 11, § 3º.</p>		
		<p>O <i>site</i> prevê a possibilidade de isenção dos custos das respostas por correspondência ou em meio físico dos materiais utilizados quando a situação econômica do solicitante não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei n. 7.115/1983?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 11, § 1º, c/c art. 16, § único.</p>		

e-SIC – Sistema Eletrônico do SIC	Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 24.	página contenedora do menu “Acesso à Informação/e-SIC – Sistema Eletrônico do SIC” seja alterado.	Ouvidoria
Dúvidas Frequentes sobre Acesso à Informação	O TJRN publica as Respostas Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VIII; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 29.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Dúvidas Frequentes sobre Acesso à Informação” seja alterado.	Ouvidoria
Relatórios Estatísticos	O Portal da Transparência apresenta, anualmente, relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 41, III.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Relatórios Estatísticos” seja alterado.	Ouvidoria
	O Portal da Transparência apresenta, anualmente, rol das informações que			

	<p>Classificação /Desclassificação de Informações</p>	<p>tenham sido desclassificadas nos últimos 12 meses?</p>	<p>- Resol. 215 /2015-CNJ, art. 41, I.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação / Classificação /Desclassificação de Informações” seja alterado.</p>	<p>Ouvidoria</p>
	<p>O Portal da Transparência apresenta, anualmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura?</p>		<p>- Resol. 215 /2015-CNJ, art. 41, II.</p>		
	<p>Ações Viabilizadoras do Acesso à Informação</p>	<p>O Portal da Transparência apresenta, anualmente, descrição das ações desenvolvidas para a concretização do direito constitucional de acesso à informação?</p>	<p>- Resol. 215 /2015-CNJ, art. 41, IV.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Ações Viabilizadoras do Acesso à Informação” seja alterado.</p>	<p>Ouvidoria</p>
	<p>Perguntas Frequentes – FAQ</p>	<p>No site estão publicadas as Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?</p>	<p>- Lei 12.527 /2011, art. 8º, § 1º, VI; - Resol. 215 /2015-CNJ, art. 6º, VIII; - Resol. 215 /2015-CNJ, ANEXO II, item 29.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação /Perguntas Frequentes – FAQ” seja alterado.</p>	<p>Ouvidoria</p>

	<p>Carta de Serviços ao Cidadão</p>	<p>O site apresenta “Carta de Serviços ao Cidadão”, a qual visa beneficiar a sociedade, proporcionando facilitar um canal de comunicação que apresente alguns dos serviços prestados pelo TJ/RN ao cidadão.</p>	<p>- Boas Práticas.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Carta de Serviços ao Cidadão” seja alterado.</p>	<p>Ouvidoria</p>		
	<p>Denúncias e Reclamações</p>	<p>O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?</p>	<p>O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações?</p>	<p>O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, itens 26, 27 e 28.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação /Denúncias e Reclamações” seja alterado.</p>	<p>Ouvidoria</p>

	Relatórios de Gestão Fiscal	O TJRN publica /disponibiliza no site o “Relatório de Gestão Fiscal”, bem como suas eventuais modificações?	- LRF, art.48, <i>caput</i> , e art. 55, § 2º; - Resol. 028 /2020-TCERN, art. 18, § 1º, II, “a”; - Resol. 215 /2015-CNJ, ANEXO II, item 40.	Quadrimestralmente, em até 2 dias úteis após a publicação. Obs.: substituir o PDF disponibilizado, em caso de republicação de RGF, obedecido o mesmo prazo.	SOF
	Gestão Financeira Mensal	O TJRN publica mensalmente o Anexo I da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 215 /2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215 /2015-CNJ, ANEXO II, item 36.	Mensalmente, até o 10º dia de cada mês, disponibilização do Anexo I, referentemente aos dados do mês imediatamente anterior. (Resol. 102 /2009-CNJ, art. 4º, IV)	SOF
	Restos a Pagar – Resolução 102 /2009-CNJ	O TJRN publica anualmente o Anexo I da Resolução 102 /2009-CNJ, relativamente aos Restos a Pagar?	- Resol. 102 /2009-CNJ, art. 2º, § 3º.	Anualmente, até o dia 30 do mês de janeiro, disponibilização do Anexo I (Restos a Pagar), referentemente aos dados do exercício financeiro imediatamente anterior.	SOF

	<p>Informações Orçamentárias por ano</p>	<p>O TJRN publica mensalmente o Anexo II da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, "a", c/c Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 37.</p>	<p>Mensalmente, até o 10º dia de cada mês, disponibilização do Anexo II, referente aos dados do mês imediatamente anterior. (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, IV)</p>	<p>SOF</p>
	<p>Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária</p>	<p>O TJRN publica na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, o Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo grau de jurisdição?</p>	<p>- Resol. 195/2014-CNJ, art. 9º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 39.</p>	<p>Anualmente, até 31 de janeiro de cada ano.</p>	<p>SOF</p>
	<p>Limitação de Empenho e Movimentação Financeira</p>	<p>O TJRN mantém atualizado em seu sítio na <i>internet</i> o demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária?</p>	<p>- LRF, art. 9º; - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</p>	<p>Em até 2 dias úteis após publicação do ato de Limitação de Empenho e Movimentação Financeira, em caso de sua ocorrência.</p>	<p>SOF</p>

Repasse /Transferências de Recursos Financeiros	O TJRN publica o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, II.	Automaticamente, a partir do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil – SOFC.	SOF
Plano Plurianual – PPA	O TJRN divulga na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra dos planos plurianuais, bem como de suas alterações?	- LRF, art. 48, caput.	Até 30 dias após publicação de cada PPA, assim como de cada norma que o altere.	SOF
Proposta Orçamentária	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra da proposta orçamentária?	- Resol. 195/2014-CNJ, art. 4º, I, primeira parte.	Anualmente, até o dia 30 de setembro. Obs.: cada Proposta Orçamentária deve ser mantida pelo período mínimo de 5 anos. (Ver: Resol. 195/2014-CNJ, art. 4º, § único)	SOF
Lei Orçamentária Anual – LOA	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área	- LRF, art. 48, caput. - Resol. 195/2014-CNJ, art. 4º, II, primeira parte;	Anualmente, até 30 dias depois da publicação da lei	SOF

Gestão Orçamentária e Financeira		TRANSPARÊNCIA, a íntegra da Lei Orçamentária?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 38.	orçamentária. (Resol. 195/2014-CNJ, art. 4º, § único).	
	Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra da proposta interna de QDD e dos QDD internos, se houver?	- Resol. 195/2014-CNJ, art. 4º, I e II.	Anualmente, até 30 dias depois da publicação da lei orçamentária. (Resol. 195/2014-CNJ, art. 4º, § único)	SOF
		O TJRN publica a íntegra da ... ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 38.	Obs.: cada Proposta Orçamentária deve ser mantida pelo período mínimo de 5 anos.	
Diárias e Passagens Aéreas	O TJRN divulga, mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e/ou dos bilhetes emitidos?	- Resol. 102/2009-CNJ, art. 3º, VI; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 73.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF / SETIC	

<p>Contribuições Previdenciárias</p>	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, informações sobre os valores repassados mensalmente para o INSS e o Fundo de Previdência, indicando o montante do Patrocinador e Patrocinado?</p>	<p>Boas Práticas.</p>	<p>Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.</p>	<p>SOF</p>
<p>Precatórios – Spread Bancário</p>	<p>No <i>site</i> constam informações sobre os valores repassados ao Tribunal em razão dos rendimentos dos spread bancário dos valores depositados pelos entes públicos para o pagamento de precatórios judiciais?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ, art. 2º, VI, “d”; - Resol. 115/2010-CNJ, art. 8º-A.</p>	<p>Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.</p>	<p>SOF</p>
<p>Fundo de Desenvolvimento da Justiça – FDJ</p>	<p>No <i>site</i> constam informações sobre os valores arrecadados mensalmente pelo Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ, art. 2º, VI, “d”; - Legislação Estadual.</p>	<p>Mensalmente, até o dia 20 do mês subsequente ao de referência.</p>	<p>SOF</p>

<p>Penas Pecuniárias – Destinação dos Recursos</p>	<p>No <i>site</i> constam informações sobre a destinação dos recursos provenientes da aplicação de pena de prestação pecuniária recolhidos em conta judicial vinculada?</p>	<p>- Resol. 154/2012-CNJ, art. 4º.</p>	<p>Mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao de referência.</p>	<p>SOF</p>
<p>Depósitos Judiciais – Transferências</p>	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, documentação elaborada para fins de cumprimento do que dispõe a Lei Complementar Nacional nº 151, de 5 de agosto de 2015?</p>	<p>- Lei Complementar Nacional 151/2015; - Port. 1.558/2015-TJRN, art. 5º, III.</p>	<p>Mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao de referência.</p>	<p>SOF</p>
<p>Precatórios – Relatórios da EC 99/2017</p>	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, documentos gerados para efeito de acompanhamento do novo regime especial de pagamento de precatórios, introduzido pela Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017?</p>	<p>- EC 99/2017.</p>	<p>Mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao de referência.</p>	<p>SOF</p>

	<p>Créditos Adicionais – Atos Autorizadores de Abertura</p>	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, relações correspondentes a Decretos Estaduais autorizadores de aberturas de Créditos Adicionais a seu favor?</p>	<p>- Boas práticas.</p>	<p>Sempre que haja abertura de crédito adicional, em até 5 dias úteis após publicação do respectivo decreto estadual.</p>	<p>SOF</p>
	<p>RGF – Comprovantes de Envio ao Poder Legislativo</p>	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, documentação comprobatória do envio de via de cada Relatório de Gestão Fiscal – RGF à Assembleia Legislativa?</p>	<p>- Lei 10.028/2000, art. 5º, I.</p>	<p>Quadrimestralmente, até 5 dias úteis após ciência da AL/RN, mediante aposição de termo de recebimento em via do ofício de encaminhamento do RGF.</p>	<p>SOF</p>
	<p>Comprovação de Envio de Dados para compor RREO</p>	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, documentação comprobatória do envio de dados da sua contabilidade ao Poder Executivo estadual, para fins de compor o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Rio Grande do Norte?</p>	<p>- Boas práticas.</p>	<p>Bimestralmente, até 5 dias úteis após a geração do documento respectivo.</p>	<p>SOF</p>

Execução Orçamentária e Financeira	Balço Orçamentário – Receita	O TJRN procede à disponibilização na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, para pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira?	- LRF, art. 48, II.	Automaticamente, a partir do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil – SOFC.	SOF
	Balço Orçamentário – Despesa				
	Empenhos e Pagamentos				
	Duodécimos	O TJRN disponibiliza no seu site planilha que demonstre o acompanhamento dos valores repassados a título de Duodécimo?	- Boas práticas.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF
		O TJRN disponibiliza na			

Ordem Cronológica de Pagamentos	Obrigações de Natureza Geral	<p><i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA informações pormenorizadas acerca da execução orçamentária e financeira da despesa, no que concerne aos atos praticados para a observância da ordem cronológica de pagamentos?</p>	- Resol. 032/2016-TCE/RN, art. 19, caput.		
	Obrigações de Baixo Valor	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA informações pormenorizadas acerca da execução orçamentária e financeira da despesa, no que concerne aos atos praticados para a observância da ordem cronológica de pagamentos?</p>	- Resol. 032/2016-TCE/RN, art. 19, caput.	Automaticamente, a partir do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil – SOFC.	SOF
	Listas de Exigibilidades	<p>O TJRN disponibiliza na <i>internet</i>, na área TRANSPARÊNCIA, até o décimo dia de cada mês, a “lista de exigibilidades” relativa ao mês anterior, por fonte de recursos?</p> <p>-</p>	- Resol. 032/2016-TCE/RN, art. 19, § único.		

	Apresentação	-	-	Caso/quando necessário.	CLCC
	O <i>site</i> divulga a íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?		- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 43.		
	O <i>site</i> divulga a íntegra da Informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?		- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 44.		
	O <i>site</i> divulga a íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?		- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 45.		

	<p>Licitações Públicas</p>	<p>O <i>site</i> divulga a íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 46.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação das “Licitações Públicas em andamento /realizadas” seja alterado.</p>	<p>CLCC</p>
		<p>O <i>site</i> divulga a íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 47.</p>		
		<p>O <i>site</i> divulga o nome do vencedor da licitação?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 48.</p>		

Compras Governamentais		<p>O <i>site</i> divulga a íntegra do Projeto Básico, desde que não tenha sido considerado sigiloso?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 51.</p>		
	Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	<p>O <i>site</i> divulga a íntegra dos atos de reconhecimento e ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenham sido considerados sigilosos?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 52.</p>	<p>Na mesma data de envio para o Portal do Gestor do TCERN de dados /documentos acerca das dispensas /inexigibilidades de licitação realizadas no âmbito do TJRN.</p>	DRM
		<p>O <i>site</i> divulga a íntegra dos contratos firmados em decorrência da ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação?</p>	<p>- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 53.</p>		
			<p>- Acórdão TCU 2622</p>		

		O <i>site</i> divulga a íntegra dos Termos Aditivos dos contratos resultantes da ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação?	/2015 – Plenário; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 54.	
	Atas de Registro de Preços	O <i>site</i> divulga a íntegra das Atas de Registro de Preços vigentes no âmbito do TJRN?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação das “Atas de Registro de Preços vigentes” seja alterado. CLCC
	Contratos e Aditamentos	O <i>site</i> divulga a íntegra dos contratos firmados?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 49.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos “Contratos /Aditamentos firmados” seja alterado. CLCC
			- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU	

		O <i>site</i> divulga a íntegra dos Termos Aditivos assinados?	2622/2015 – Plenário; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 50.		
	Suprimento de Fundos	O TJRN divulga em local apropriado do Portal da Transparência o registro acerca de cada adiantamento, nos termos da legislação vigente?	- Resol. 21/2019-TJRN, art. 44, § único.	Até 2 dias contados da baixa da responsabilidade do detentor do suprimento.	SOF
	Contratados – Valores Pagos	O TJRN publica no <i>site</i> a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 42.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF
	Plano de Contratações Anual	O plano de contratações anual do TJRN encontra-se divulgado e mantido à disposição do	- Lei 14.133/2021, art. 12, VII e § 1º;	Anualmente, até o 1º dia útil imediatamente posterior à data da sua publicação, prevista para até o dia 30 de outubro,	SG

		público no seu sítio eletrônico oficial?	- Resol. 347/2020-CNJ, art. 9º.	conforme o art. 9º da Resolução 347/2020-CNJ.	
	Penalizações a Licitantes /Contratados	Consta no site a Relação das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas às quais o TJRN aplicou penalidades nos termos das leis de licitações públicas?	- Lei 8.666/1993, art. 87; - Lei 14.133/2021, art. 156.	Sempre que houver aplicação de penalidade da espécie, devendo a atualização da Relação ser disponibilizada no site no prazo de até 5 dias úteis após publicação do ato administrativo aplicador da sanção.	CLCC
Convênios	-	No Portal da Transparência acham-se divulgados a íntegra de todo Termo de Convênio ou Termo Aditivo a determinado convênio firmado no âmbito do TJRN, no qual este figura como Órgão transferidor de recursos?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 55.	Até 3 dias úteis após publicação no DJe de qualquer Termo de Convênio ou Termo Aditivo a determinado convênio anteriormente firmado.	CLCC
	Convênios				

Instrumentos de Cooperação	Acordos de Cooperação				
	Termos de Cessão	O TJRN publica no <i>site</i> a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 55.	Até 3 dias úteis após publicação no DJe de qualquer Instrumento de Cooperação ou Termo Aditivo a determinado instrumento anteriormente firmado.	CLCC
	Termos de Doação				
	Termos de Adesão				
	Termos de Adoção				
			- LRF, art. 48, <i>caput</i> ; - Resolução nº 012/2016-TCERN; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 76.		
		O site apresenta prestações de contas ou relatório de gestão do ano anterior?			

Prestações de Contas	Contas Anuais de Gestão	O site apresenta Relatório e Certificado de Auditoria, Parecer do Órgão de Controle Interno e pronunciamento do Presidente do Tribunal?	- LRF, art. 48, <i>caput</i> ; - Resolução nº 012/2016-TCERN; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 77.	Anualmente, em até 2 dias úteis após a data de envio das Contas ao TCE/RN.	SCI
	Decisões do TCERN sobre Contas do TJRN	O site apresenta publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	- LRF, arts. 48, <i>caput</i> , e 56; - Resol. 028/2020-TCERN, art. 18, § 1º, II, “b”; - Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário, item 9.2.1.9; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 78.	Até o 5º dia útil posterior à data do efetivo recebimento pelo TJRN de comunicação do TCERN a respeito do julgamento das Contas do respectivo exercício.	SCI
				- Resol. 309/2020-CNJ, art. 32, § 2º.	Quadrienalmente, após publicação do PALP no Dje, limitada a

		O site apresenta Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP?		disponibilização no Portal até o 15º dia útil de dezembro.	
		O site apresenta Plano Anual de Auditoria – PAA?	- Resol. 309/2020-CNJ, art. 32, § 2º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 79.	Anualmente, após publicação do PAA no Dje, limitada a disponibilização no Portal até o 15º dia útil de dezembro.	
Auditorias Internas	-	O site apresenta as relações de auditorias, inspeções administrativas e monitoramentos realizados pela SCI, juntamente com os respectivos relatórios?	- Boas Práticas.	Até 2 dias úteis após conclusão do Relatório de Auditoria, de Inspeção ou de Monitoramento.	SCI
		O site apresenta o Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud?	- Resol. 309/2020-CNJ, arts. 69 a 73; - Anexo da Port. 422/2020-TJ, arts. 38 a 42.	Anualmente, até 2 dias úteis após publicação do PAC-Aud no DJe.	
			- Resol. 215/2015-CNJ,		

		O TJRN publica o Anexo III-a da Resolução 102/2009-CNJ?	art. 6º, VII, “c”; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 56.		
	Estruturas Remuneratórias	O TJRN publica o Anexo III-b da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “c”; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 57.	Sempre que houver alteração nas estruturas remuneratórias (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, II).	DRH
		O TJRN publica o Anexo III-c da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “c”; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 58.		
		O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “a”, da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 59.		

		<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “b”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 60.</p>		
		<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “c”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 61.</p>		
		<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “d”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 62.</p>		
	Quantitativos de Cargos e Funções	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “e”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 63.</p>	Quadrimestralmente.	DRH

		<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “f”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 64.</p>		
		<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “g”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 65.</p>		
		<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “h”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Lei 13.242/2015, art. 108; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 66.</p>		
	Membros e Agentes Públicos	<p>O TJRN publica o Anexo V da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 67.</p>	<p>Sempre que houver modificação das relações (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).</p>	DRH

Informações sobre Pessoal	Empregados de Empresas Contratadas	O TJRN publica o Anexo VI da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 68.	Sempre que houver modificação das relações (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).	CLCC
	Servidores de Outros Órgãos	O TJRN publica o Anexo VII da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 69.	Sempre que houver modificação das relações (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).	DRH
	Membros e Servidores Afastados	O TJRN publica a relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “e”; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 71.	Sempre que houver modificação das relações (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).	DRH
	Folha de Pagamento – Detalhamento	O TJRN publica a remuneração e os proventos de membros, servidores, aposentado, pensionista e colaboradores?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, c/c Resol. 102/2009-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO I e ANEXO II, item 72.	Sempre que haja movimentação relativa a remuneração e/ou proventos, sendo efetuada a atualização automática no Sistema TRANSPARÊNCIA, a partir do Sistema Folha de Pagamento	SOF

			contratado junto à Empresa Top Down Consultoria (SOFC).	
Folha de Pagamento – Lista de Rubricas	O TJRN disponibiliza no Portal da TRANSPARÊNCIA o quadro com discriminação de todas as rubricas utilizadas na sua folha de pagamento, com seu código, denominação e fundamento legal?	Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “c”.	Sempre que haja qualquer modificação relativamente ao conteúdo da Lista de Rubricas.	DRH
Ajudas de Custos, Auxílios e Benefícios	O TJRN publica no seu site dados relativos a ajudas de custo, auxílios e benefícios pagos a membros da magistratura e servidores a qualquer título, a colaboradores e colaboradores eventuais.	Resol. 102/2009-CNJ.	Mensalmente.	DRH
	O TJRN publica a relação de membros e servidores que participam de Conselhos assemelhados, externamente à instituição?	Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “f”.		

Participantes em Conselhos e Assembléados			Sempre que houver modificação das relações (Resol. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).	DRH
	O TJRN publica o Anexo V da Resolução 102/2009-CNJ?	- Resol. 102/2009-CNJ.		
Estagiários	O TJRN divulga no seu site a relação dos estagiários que se encontram em atuação no órgão?	- Boas práticas.	Até o 5º dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, relativamente às referências DEZ, FEV, ABR, JUN, AGO e OUT.	DRH
Tabela de Lotação de Pessoal (TLP)	O TJRN publica, semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, "b", c/c Resol. 219/2016-CNJ, art. 15, § único; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 70.	Semestralmente: - até 30 de março, referente à lotação do dia 1º de janeiro do ano respectivo; e - até 30 de setembro, referente à lotação do dia 1º de julho do ano respectivo.	DRH
Provimentos e Vacâncias	O órgão publica no <i>site</i> os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos	- Lei 13.242/2015, art. 100.	Até o 5º dia útil após publicação.	DRH

		comissionados, bem como de funções de confiança?			
	Servidores em Regime de Teletrabalho	O TJRN divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	- Resol. 227/2016-CNJ, art. 5º, § 8º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 74.	Bimestralmente, até o 5º dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, tomando como referência a posição no último dia do mês imediatamente anterior.	SG
	Magistrados – Atividades de Docência	O tribunal divulga a base de dados com as informações indicadas no art. 3º (atividade docente por magistrado com indicação da instituição de ensino, horário e disciplinas ministradas) e art. 4º-A, parágrafo único (participação de magistrados em eventos não se aplica a necessidade de comunicação ao órgão competente do Tribunal), da Resolução 34/2007-CNJ, com as alterações da Resolução 226/2016-CNJ e da Resolução 373/2021-CNJ.	- Resol. 34/2007-CNJ, art. 3º e parágrafo único do art. 4º-A, c/c a Resolução CNJ nº. 226/2016 e da Resolução 373/2021-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação acerca de Magistrados (Atividades de Docência) seja alterado.	CGJ

	Currículos de Magistrados	<p>No <i>site</i> constam publicações de informações referentes aos magistrados:</p>	- Lei 12.527/2011, art. 8°.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos Currículos de Magistrados seja alterado.	SG
		Dados biográficos, telefones e endereço eletrônico?			
Lista de Veículos Oficiais	-	O site apresenta lista de veículos oficiais utilizados, com indicação das quantidades em cada uma das categorias definidas no art. 2° da Resolução 83/2009-CNJ?	- Resol. 83/2009-CNJ, art. 5°.	Anualmente, até 31 de janeiro.	SAD / ST
	História	Acha-se disponibilizada no site a “História” do TJRN?	- Boas práticas	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página “História” seja alterado.	SG
			- Lei 12.527/2011, art. 8°, § 1°, I;		

Informações Institucionais	Competências e Responsabilidades	No <i>site</i> está publicado o registro das competências e responsabilidades do PJRN?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 3.	Caso haja alteração relativamente a competências/responsabilidades do PJRN.	SCI
	Composição	Acha-se disponibilizada no site a “Composição” do TJRN?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página “Composição” seja alterado.	SG
	Organograma	No <i>site</i> está publicada a estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, II; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 4.	Sempre que haja alteração da sua localização (endereço eletrônico) no site do TJRN, ou sempre que o organograma sofra atualização.	SG
		No <i>site</i> estão publicados endereços, inclusive eletrônicos?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I.		

			<p>- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, II;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 17.</p>	<p>Sempre que haja alteração do endereço eletrônico da página “contatos”, relativamente à Corregedoria, à Ouvidoria, às Comarcas, à ESMARN e à Lista Telefônica do próprio TJRN.</p>	SG
			<p>- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, II;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 18.</p>		
			<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, VI;</p> <p>- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 10.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização do calendário das sessões colegiadas seja alterado.</p>	SG
			<p>- Lei 12.527/2011, art. 7º, V;</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço</p>	

Órgãos Colegiados	Pautas de Julgamentos	No <i>site</i> está publicada a pauta de julgamentos?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 11.	eletrônico da localização da pauta de julgamentos seja alterado.	SG
	Atas das Sessões	No <i>site</i> estão publicadas as atas das sessões dos órgãos colegiados?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 22, § 2º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 14.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização das atas das sessões dos órgãos colegiados seja alterado.	SG
	Comitê de Governança – CGTIC	O TJRN divulga no site o rol dos integrantes do Comitê de Governança CGTIC?	- Resol. 211/2015-CNJ; - Resol. 03/2019-TJRN.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do CGTIC seja alterado.	SETIC
	Plano Estratégico – PETIC	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)?	- Resol. 211/2015-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 30.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do PETIC seja alterado.	SETIC
		O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano Diretor de	- Resol. 211/2015-CNJ;	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da	

Governança de TIC	Plano Diretor – PDTIC	Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 30.	localização da página de divulgação do PDTIC seja alterado.	SETIC
	Política de Segurança da Informação – PSI	O TJRN instituiu o Sistema de Gestão da Segurança da Informação e publicou, na <i>internet</i> , as informações sobre o referido sistema?	- Resol. 211/2015-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da PSI seja alterado.	SETIC
	Política de Gestão de Pessoas de TIC	O TJRN publicou, na <i>internet</i> , a Política de Gestão de Pessoas de TIC?	- Resol. 211/2015-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da Política de Gestão de Pessoas de TIC seja alterado.	SETIC
	Plano Orçamentário de TIC	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano Orçamentário de TIC?	- Resol. 211/2015-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 31.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano Orçamentário de TIC seja alterado.	SETIC
				Sempre que, no site do TJRN, o endereço	

	Plano de Aquisições e Contratações	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano de Aquisições e Contratações da área de TIC?	- Boas práticas.	eletrônico da localização da página de divulgação do Plano de Aquisições e Contratações seja alterado.	SETIC
	Resultados e Projetos da SETIC	O TJRN publica, na <i>internet</i> , os objetivos estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados pelo órgão?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, itens 1 e 2.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de Resultados e Projetos da SETIC seja alterado.	SETIC
	Plano de Logística Sustentável – PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano de Logística Sustentável – PLS?	- Resol. 201/2015-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 80.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano de Logística Sustentável – PLS seja alterado.	SGE
	Planos de Ação do PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , os planos de ação do PLS?	- Resol. 201/2015-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 81.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos Planos de Ação do PLS seja alterado.	SGE

Gestão Socioambiental	Relatórios de Desempenho do PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , os Relatórios anuais de desempenho do PLS?	- Resol. 201/2015-CNJ; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 82.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos Relatórios anuais de desempenho do PLS seja alterado.	SGE
	Comissão Gestora do PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , a norma instituidora da Comissão Gestora do PLS?	- Resol. 201/2015-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da norma instituidora da Comissão Gestora do PLS seja alterado.	SGE
Comissões, Comitês e Grupos Gestores	Composição	O TJRN divulga no site o rol dos integrantes de Comissões, Comitês e Grupos Gestores?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização de dados/informações acerca de Comissões, Comitês e Grupos Gestores seja alterado.	SG
		No <i>site</i> estão publicados a pauta das reuniões de comissões e	- Lei 12.527/2011, art. 7º, V;	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização de Pautas, Atas e Resultados de	SG

	Pautas, Atas e Resultados de Reuniões	respectivos resultados e atas?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 16.	Reuniões de comissões alterado. seja	
Peritos e Órgãos Técnicos / Científicos	Relação de Peritos / Órgãos Cadastrados	O TJRN divulga na <i>internet</i> a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	- Resol. 233/2016-CNJ, art. 3º; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 75.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da relação de peritos seja alterado.	NuPeJ
	Editais de Credenciamento	O TJRN publicou edital fixando os requisitos a serem cumpridos e os documentos a serem apresentados pelos profissionais e pelos órgãos interessados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	- Resol. 233/2016-CNJ, art. 2º.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização dos referidos editais de credenciamento seja alterado.	NuPeJ
	Legislação	O TJRN disponibiliza no site resolução(ões) que cuida(m) das normatizações vinculadas ao Núcleo de Perícias?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização das resoluções vinculadas ao Núcleo de Perícias seja alterado.	NuPeJ

<p>Resultados Alcançados pelo TJRN</p>	<p>O TJRN disponibiliza no site os resultados alcançados pelo órgão?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 2.</p>		
<p>1º Grau – Metas</p>	<p>O TJRN disponibiliza no site metas e indicadores?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 1.</p>		
<p>1º Grau – Produtividade dos Magistrados</p>				
<p>1º Grau – Produtividade das Serventias</p>	<p>No site estão publicados os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão?</p>	<p>- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, IV; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 7.</p>		
<p>1º Grau – Taxa de Congestionamento</p>			<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da</p>	<p>SGE</p>

Metas e Estatísticas				localização das Metas e Estatísticas seja alterado.
	2º Grau – Metas	O TJRN disponibiliza no site metas e indicadores?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 1.	
	2º Grau – Produtividade dos Desembargadores			
	2º Grau – Produtividade das Serventias	No site estão publicados os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, IV; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 7.	
	2º Grau – Taxa de Congestionamento			
	Justiça em Números			

Audiências e Consultas Públicas	Audiências e/ou Sessões Públicas	No <i>site</i> estão publicadas as audiências públicas ou outras formas de participação popular?	- Lei 9.527/2011, art. 9º, II; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 9.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de Audiências e/ou Sessões Públicas realizadas seja alterado.	SGE
	Consultas Públicas	No <i>site</i> estão publicadas as consultas públicas ou outras formas de participação popular?	- Lei 9.527/2011, art. 9º, II; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 9.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de Consultas Públicas realizadas seja alterado.	SGE
Programas, Projetos e Ações	Programas e Projetos Estratégicos	No <i>site</i> estão publicados os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, V; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 6.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de “Programas e Projetos Estratégicos” seja alterado.	SGE
	Plano de Obras	No <i>site</i> estão publicados os dados gerais para o acompanhamento do	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, V;	Até 5 dias úteis após publicação de Resolução que aprove/altere o Plano	SG

		Plano de Obras do TJRN?	- Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 6.	de Obras do TJRN para determinado exercício.	
Atos Normativos do TJRN	Resoluções				SG
	Portarias	No <i>site</i> estão publicados os atos normativos expedidos pelo TJRN?	- Resol. 215/2015-CNJ, art. 6º, V; - Resol. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 5.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico onde se acham divulgadas as Resoluções, ou as Portarias ou as Portarias Conjuntas seja alterado.	
	Portarias Conjuntas				
Glossário	-	O TJRN disponibiliza no Portal da Transparência Glossário, com vistas a auxiliar os consulentes/usuários relativamente à compreensão acerca de termos vinculados aos assuntos nele versados?	- Boas práticas.	Sempre que haja necessidade de alteração/atualização.	SCI
Portal Anterior	-	-	-	-	-

UNIDADES RESPONSÁVEIS: CGJ (Corregedoria Geral de Justiça); Ouvidoria; ESMARN (Escola da Magistratura do RN); SG (Secretaria Geral); SAD (Secretaria de Administração); SCI (Secretaria de Controle Interno); SGE (Secretaria de Gestão Estratégica); SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças); SETIC (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação); DRH (Departamento de Recursos Humanos); DRM (Departamento de Recursos Materiais); CLCC (Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios); ST (Subseção de Transportes); NuPeJ (Núcleo de Perícias Judiciais).